



Matrizes

ISSN: 1982-2073

matrizes@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

de Carvalho, Carlos Alberto

Entendendo as narrativas jornalísticas a partir da tríplice mimese proposta por Paul Ricoeur

Matrizes, vol. 6, núm. 1, julio-diciembre, 2012, pp. 169-187

Universidade de São Paulo

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=143024819012>

- ▶ [Como citar este artigo](#)
- ▶ [Número completo](#)
- ▶ [Mais artigos](#)
- ▶ [Home da revista no Redalyc](#)

 redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# Entendendo as narrativas jornalísticas a partir da tríplice mimese proposta por Paul Ricoeur<sup>1</sup>

*Understanding the journalistic narratives from the triple mimesis proposed by Paul Ricoeur*

■ CARLOS ALBERTO DE CARVALHO\*

## RESUMO

Partindo da premissa de que a informação jornalística nos chega sob a forma de narrativas, a proposta do artigo é refletir sobre como a tríplice mimese, proposta por Paul Ricoeur em sua trilogia sobre as relações entre o tempo e a narrativa, é fecunda para a elucidação dos processos de mediação exercidos pelo jornalismo. A partir da tríplice mimese é possível compreender como as mediações jornalísticas, que passam por questões éticas, têm início nas condições mais amplas do entorno social e cultural de inserção dos acontecimentos narrados e somente se completam no momento da leitura – verbal, visual, auditiva ou verbovisual – com a participação efetiva de quem toma conhecimento das narrativas em circulação.

**Palavras-chave:** jornalismo, mimese, mediação

## ABSTRACT

Assuming that the information in the newspaper arrives in the form of narratives, the aim of this paper is to reflect on how the triple mimesis, proposed by Paul Ricoeur in his trilogy on the relationship between time and narrative, is fruitful for the elucidation of mediation carried out by journalism. From the triple mimesis is possible to understand how the journalistic mediations, that are based on ethical issues, begin in the broader conditions of social and cultural environment integration of the events recounted and are completed only when reading – verbal, visual, auditory or verbal-visual – with the effective participation of those who take note of the narratives in circulation.

**Keywords:** journalism, mimesis, mediation

\* Professor da Universidade Federal de Minas Gerais, nos cursos de graduação em Comunicação Social e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação. E-mail: caco5@uol.com.br

1. Este artigo foi produzido como parte de pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, com financiamentos da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFMG e da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais.

## INTRODUÇÃO

**A**O PROPOR A revisão do modelo da pirâmide invertida, Adelmo Genro Filho (1987) coloca em discussão não somente os aspectos estéticos da narrativa jornalística, como especialmente as dimensões éticas e políticas que configuram os processos de mediação que o jornalismo estabelece, a partir da notícia, com o conjunto social. Não por acaso, o autor afirma que o jornalismo é a atividade humana que torna viável à sociedade conhecer aquilo que cotidianamente no interior dela própria acontece. Ao tornar possível à sociedade conhecer-se a si mesma, as notícias não obedecem simplesmente a uma lógica operacional na sua captura, transformação em narrativa e retorno ao social, já que essa operação se completa no ato de leitura, momento em que são atribuídos novos sentidos aos acontecimentos narrados. Há nessa processualidade, segundo Genro Filho, uma gama de potencialidades de que sejam percebidas as múltiplas dimensões ontológicas do social, em suas contradições e possibilidades de revelação de novos rumos para a própria humanidade que, na utopia do autor, seria a consumação de uma sociedade sem as diversas desigualdades de classe.

Independente das possibilidades de realização da utopia de uma sociedade sem desníveis políticos, sociais, culturais e econômicos, a partir das contribuições das narrativas jornalísticas para o desvendamento da multifacetada realidade social, as proposições teóricas de Adelmo Genro Filho continuam inspiradoras, especialmente se tomamos o cuidado, como o próprio autor, de evitar atribuir ao jornalismo um papel de conhecimento da realidade que se afigure como aquele propiciado pela filosofia, pela sociologia ou pela ciência. Mais especificamente, o conhecimento de mundo que o jornalismo é capaz de proporcionar não se encontra imediata e necessariamente sob a forma de discursos elaborados acerca das mazelas sociais, dos sentidos da existência ou das explicações racionais sobre as dimensões das realidades humanas, físicas e naturais. Embora seja um conhecimento aparentemente fragmentário e fragmentador das realidades, o propiciado pelo jornalismo tem a vantagem de atualização permanente sobre os eventos culturais, econômicos, sociais, comportamentais, éticos, políticos e tantos outros quantos sejam os acontecimentos que diariamente mídias impressas e eletrônicas nos dão a conhecer.

Essa capacidade de trazer o mundo em suas contradições é explicada por Genro Filho a partir da perspectiva de que as notícias dão conta, em um primeiro nível, das singularidades dos acontecimentos narrados. A singularidade, no entanto, remete à particularidade, que pode vir na própria notícia, ou sugerida, tornando a narrativa jornalística capaz de contextualizar aquele acontecimento em uma classe de eventos mais amplos à qual se vincularia.

Como as notícias referem-se a acontecimentos que, mesmo em suas dimensões naturais, contêm expectativas humanas de torná-los plausíveis, compreensíveis, as narrativas jornalísticas são antecedidas por “pressupostos ontológicos e ideológicos que orientaram a produção da notícia” (Genro Filho, 1987: 195), assim como são capazes de fornecer “a projeção ideológica e ontológica que emana ou é superior pela notícia” (Idem), tornando o relato jornalístico algo que potencialmente indica o universal. Tomando como referência gráfica um triângulo equilátero, figura que remete à forma tradicional das pirâmides, Adelmo Genro Filho torna mais claras as relações entre o singular, o particular e o universal em uma notícia.

O contexto de particularização que vai atribuir o próprio significado ao singular ou, noutras palavras, que vai *construir o fato jornalístico*, deverá ser mais amplo e rico em conexões. Um jornal mensal terá de abrir ainda mais esse ângulo de contextualização e generalização, aumentando, portanto, a base do triângulo (...). Seguindo o caminho dessa representação, podemos ilustrar graficamente como os pressupostos ontológicos e ideológicos que orientaram a apreensão e construção do fato jornalístico, geralmente de modo espontâneo e não consciente, são sugeridos e projetados através da notícia (Genro Filho, 1987: 193, com destaque do autor).

Nas reflexões de Adelmo Genro Filho encontramos a pista para a compreensão de como a tríplice mimese, proposta por Paul Ricoeur em sua trilogia sobre o tempo e a narrativa, é capaz de tornar mais claras as mediações que o jornalismo estabelece cotidianamente com o conjunto social, tema que está subjacente ao trabalho de Genro Filho. Embora situados em correntes teóricas e perspectivas analíticas diferentes, inclusive no que diz respeito aos respectivos objetos de estudo, os dois autores, em suas análises sobre modalidades distintas de narrativas, apontam para algo comum: se aquilo que se narra é ontologicamente marcado, podemos, portanto, sempre encontrar marcas do social, do cultural, do econômico, enfim, do ambiente mais amplo em que se inscreve cada narrativa posta em circulação. Há nos autores outra coincidência: toda narrativa é reapropriada no ato de leitura, o que torna dinâmica a perspectiva ontológica, pois aquilo que vem configurado em uma determinada narrativa receberá novas configurações a partir da perspectiva de quem lê, propiciando, assim, a criação/recriação da realidade, processo que nunca finda.

## TEMPO, INTRIGA E MIMESE

O percurso de Paul Ricoeur (1994, 1995, 1997), que em três volumes busca estabelecer as conexões entre o tempo e a narrativa, particularmente nas narrativas

ficionais e nos estudos históricos, começa por Santo Agostinho e suas discussões sobre o tempo e seus significados e por Aristóteles, com as reflexões sobre o tecer da intriga. Advertindo que não há unidade teórica entre os autores buscados para sustentar as reflexões sobre as dimensões temporais e de construção da intriga na narrativa, e que, especialmente, um não submete o tempo ao tecer da intriga, enquanto o outro não submete a construção da intriga ao tempo, Ricoeur propõe que são precisamente o tempo e a tessitura da intriga os elementos centrais em toda narrativa. Nas palavras do autor, “(...) o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal” (Ricoeur, 1994: 85).

De Santo Agostinho, Ricoeur retém principalmente a dificuldade de se definir com precisão o que é o tempo, posto que ele está envolto em uma aporia que parece não ter solução. Se o passado não é mais, o futuro ainda não veio e o presente é apenas um momento fugaz, como explicar o tempo? Ainda outras dúvidas surgem: o tempo é uma dimensão apenas física, há um *ser* do tempo? Mesmo que as respostas nem sempre sejam claras, ou duradouras, é possível dizer que há dimensões do tempo que vão além das cronológicas, a exemplo das dimensões psicológicas, capazes de tornar tempos cronológicos semelhantes distintos para pessoas diferentes, posto que cada uma está vivenciando experiências de mundo particulares. Assim, o tempo somente pode fazer sentido, livrar-se da aporia aprisionadora que impede um mínimo de explicação racional sobre sua condição, portanto, se o tomamos como realidade da temporalidade humana. Esta pode tanto remeter a noções de eternidade, quanto de distensão do tempo ou finitude. Contudo, essencialmente, o tempo somente faz sentido como parte da memória da humanidade, como o que pode ser resgatado, mas também como o que pode, em alguma medida, ser previsto.

O que permite distender o tempo, recuperar o passado e fazer projeções sobre o futuro, além de fixar o presente? Para Ricoeur, a resposta está no ato de narrar.

Em nome de que proferir o direito de o passado e o futuro serem de algum modo? Ainda uma vez, em nome do que dizemos e fazemos a propósito deles. Ora, o que dizemos e fazemos quanto a isso? *Narramos* as coisas que consideramos verdadeiras e predizemos acontecimentos que ocorrem tal como havíamos antecipado. É pois sempre a linguagem, assim como a experiência, a ação, que esta articula, que resiste ao assalto dos céticos. Ora, predizer é prever e narrar é “discernir pelo espírito” (Ricoeur, 1994: 25-26, com destaque do autor).

Sem desconsiderar que as discussões de Ricoeur se estendem sobre outros problemas concernentes ao tempo em Santo Agostinho – como as dificuldades de se medi-lo, as questões que envolvem a eternidade, além de outras – é-nos possível sintetizar que o tempo somente se torna plausível, explicável, pela memória. Esta, por sua vez, necessita de alguma forma de manutenção, de operações que possibilitem sua recuperação. As narrativas constituem exatamente o que permite ao tempo ser, independente de sua remissão ao passado, de sua projeção no futuro ou de sua fugacidade no presente. Narrar, portanto, é ação de permanente atualização, é a capacidade humana de tornar a atualidade mais do que um momento que logo em seguida se perderá da memória. Narramos para criar mundos idealizados, nas fabulações que constroem mundos imaginários, sugerem realidades fantásticas, mas também para buscarmos explicações racionais, para entendermos nosso passado. Segundo a proposição de Hayden White (1994), por exemplo, de que as explicações históricas podem ser entendidas como grandes narrativas sobre os acontecimentos da humanidade. Lançar mão das estruturas narrativas pode ser também estratégia para tornar mais palatáveis temas cujas descrições podem ser por demais áridas, tal como sugere Jean-François Lyotard (1998) sobre a utilização dos métodos narrativos pelas ciências. Sabemos que as narrativas jornalísticas, embora se particularizem frente a outras modalidades de contar o mundo, de tornar conhecidos acontecimentos, são também formas de atualização, ao mesmo tempo que de registro histórico em seu sentido mais elementar, ao narrar as ações humanas cotidianamente, no momento mesmo em que estão ocorrendo, o que hoje é possível pelas tecnologias que facultam o *tempo real*, como a internet e as transmissões radiofônicas e televisuais.

Mas o tempo, por si só, não complementa a explicação que Paul Ricoeur persegue para a narrativa. Se o tempo é uma dimensão fundamental de todo ato de narrar, contar uma história não se resume à atualização dos acontecimentos descritos, que somente terão seu sentido completo à medida que apanhados em uma intriga, ou construídos a partir de uma intriga. O ato de compor é, assim, a própria tessitura da lógica do que é narrado, tornando possível o todo onde aparentemente reinava somente fragmentos. Tomando como primeira referência as proposições de Aristóteles sobre a composição e características da tragédia, Ricoeur propõe que a intriga se configura como a “representação da ação” (Ricoeur, 1994: 59). É preciso lembrar que em outros autores a intriga pode aparecer como sendo a construção de roteiros ou como a própria concepção da história narrada.

Se o tempo é um dos elementos fundamentais de referência para a narrativa, ao coordená-lo com a noção de intriga, evidencia-se que, na narrativa, o tempo não corresponde necessariamente ao do acontecimento. O tempo passa

a ser o da própria narrativa, de que pode valer-se o narrador de estratégias que permitam alongar ações que no acontecimento tiveram pequena importância, encurtar ações que duraram mais do que sugere o tempo utilizado para narrá-las, fazer remissões ao passado, assim como projeções no futuro, dentre uma série de outros expedientes (cf. Coimbra, 1993, especialmente a respeito das modalidades temporais das narrativas na reportagem). Entretanto, para Ricoeur, há ainda algo mais importante para a compreensão da intriga, que encontra, em parte, sua elucidação a partir do conceito aristotélico de mimese. Se a intriga é a representação da ação, “há uma quase identificação entre as duas expressões: imitação ou representação da ação e agenciamento dos fatos” (Ricoeur, 1994: 59). Desse modo,

Está excluída de início, por essa equivalência, toda interpretação da *mimese* de Aristóteles em termos de cópia, de réplica do idêntico. A imitação ou a representação é uma atividade mimética enquanto produz algo, a saber, precisamente a disposição dos fatos pela tessitura da intriga. De uma só vez saímos do emprego platônico da *mimese*, tanto em seu emprego metafísico quanto em seu sentido técnico em *República III*, que opõe a narrativa “por *mimese*” à narrativa “simples”. (...). Retenhamos de Platão o sentido metafórico dado à *mimese*, em ligação com o conceito de participação, em virtude do qual as coisas imitam as idéias, e as obras de arte imitam as coisas. Enquanto a *mimese* platônica afasta a obra de arte dois graus do modelo ideal que é seu fundamento último, a *mimese* de Aristóteles tem só um espaço de desenvolvimento: o fazer humano, as artes da composição (Ibid., 1994: 60, com destiques do autor).

Em virtude dos propósitos do nosso texto, que busca aproximações dos conceitos de tempo, intriga e mimese com a narrativa jornalística, remetemos aos livros de Ricoeur para detalhes sobre as questões que dizem respeito às formas narrativas nas artes. Do mesmo modo, também não nos ocupamos aqui das diferenças entre tragédia, comédia ou drama e suas implicações para uma teoria da narrativa. É-nos fundamental, por outro lado, pensar a tessitura da intriga como o momento de síntese de uma narrativa, como a possibilidade mesmo de tornar concreta uma história. Nas palavras de Ricoeur, “compor a intriga já é fazer surgir o inteligível do acidental, o universal do singular, o necessário ou o verossímil do episódico” (Ricoeur, 1994: 70). É ainda essencial destacar que para Ricoeur a mimese não é imitação da vida ou qualquer outra modalidade imitativa, mas a colocação em ação das relações entre tempo e tessitura da intriga, sendo nesse processo que a vida, articulada ficionalmente ou narrada a partir de acontecimentos concretos, envolvendo pessoas reais, ganha sentido. Em outros termos, para ele a mimese somente pode ser

entendida como imitação em um sentido metafórico, precisamente aquele que diz de uma *imitação da ação*, mas que no gesto narrativo transforma-se precisamente na ação de tecer a intriga, de tornar possível narrar um acontecimento, uma história ou um percurso de vida.

Chegamos, assim, à proposição que mais nos interessa: a tríplice mimese. Se já sabemos que mimese não é apenas imitação, ou se o é, a imitação não é meramente assemelhar-se a algo já existente, mas a própria ação de tornar concreta a narrativa, a tríplice mimese esclarece melhor essas relações, ao mesmo tempo que chama atenção para as dimensões éticas implicadas em todo ato de narrar. Partindo de um mundo pré-configurado, a mimese I representa mais concretamente as dimensões éticas, o mundo social em sua complexidade; mimese II é o ato de configuração, a presença marcante de um narrador, mas também a mediação entre mimese I e mimese III, que corresponde à reconfiguração, momento que marca a presença ativa do leitor. Na síntese de Marcela Farré, em proposição sobre a produção jornalística como construção de mundos possíveis, a partir de estratégias de ficcionalização, temos

1. A *prefiguração* ou mimese I, que fornece o modelo do mundo ético ou representação do real, como pressuposições de verdade, que o leitor tem como certas.
2. A *configuração* ou mimese II é o domínio da *poeisis*, dos mecanismos de criação que realizam diferentes instâncias narradoras.
3. A *reconfiguração* ou mimese III é a esfera que faz intervir a atividade receptora com atualização persuasiva e emotiva (Farré, 2004: 143, com destaque da autora).

O que temos, assim, é a mediação pela tessitura da intriga, levada a termo a partir do mundo que lhe serve de referência, e o conjunto de pessoas que se expõem à narrativa, lembrando que a leitura não é um mero momento de passividade frente ao texto. Trata-se, ainda, de tornar concreta a relação entre tempo e intriga, tal como sintetiza Paul Ricoeur, ao afirmar que “seguimos, pois, o destino de um tempo prefigurado em um tempo refiado, pela mediação de um tempo configurado” (Ricoeur, 1994: 87).

Em mimese I, o mundo prefigurado se apresenta em três dimensões: estruturais, simbólicas e temporais. A primeira diz respeito, imediatamente, às próprias formas narrativas mais caras a uma determinada sociedade, compreendendo um conjunto de regras consideradas pertinentes a um bom modo de narrar, ou a uma tradição narrativa. A segunda dá conta de um conjunto de mitos, crenças, valores, questões éticas e morais, enfim, a uma ampla gama de manifestações típicas da cultura, enquanto a última é articuladora de sentidos ao remeter às diversas possibilidades de que a temporalidade, cronológica ou de outra natureza, é portadora. Na explicação de Ricoeur:

Qualquer que possa ser a força de inovação da composição poética no campo de nossa experiência temporal, a composição da intriga está enraizada numa pré-compreensão do mundo e da ação: de suas estruturas inteligíveis, de suas fontes simbólicas e de seu caráter temporal. Esses traços são mais descritos que deduzidos. Nesse sentido, nada exige que sua lista seja fechada. Contudo, sua enumeração segue uma progressão fácil de estabelecer. Primeiro, se é verdade que a intriga é uma imitação da ação, é exigida uma competência preliminar: a capacidade de identificar a ação *em geral* por seus traços estruturais; uma semântica da ação explicita essa primeira competência. Ademais, se imitar é elaborar uma significação *articulada* da ação, é exigida uma competência suplementar: a aptidão de identificar o que chamo de as *mediações simbólicas* da ação, num sentido da palavra símbolo que Cassirer tornou clássico e que a antropologia cultural (...) adotou. Enfim, essas articulações simbólicas da ação são portadoras de caracteres mais precisamente *temporais*, donde procedem mais diretamente a própria capacidade da ação a ser narrada e talvez a necessidade de narrá-la (Ricoeur, 1994: 88, com destaque do autor).

O traço que mais se evidencia em mimese I é a sua exigência de uma necessidade ética, posto que enraizada em situações concretas do mundo de referência para a narrativa que logo em seguida surgirá. O caldeirão simbólico que estrutura a narrativa, dando-lhe sentidos, não é imutável, inscreve-se na dinâmica das transformações que, afinal, as próprias narrativas ajudarão a concretizar, razão adicional para que haja compromisso ético. Sentido ético que está na afirmativa de Ricoeur: “vê-se qual é, na sua riqueza, o sentido de *mimese I*: imitar ou representar a ação, é primeiro, pré-compreender o que ocorre com o agir humano: com sua semântica, com sua simbólica, com sua temporalidade” (1994: 101, com destaque do autor). Temos aqui, ainda, outra dimensão cara a Paul Ricoeur na trilogia *Tempo e Narrativa*, mas que reaparece em várias de outras obras nas quais, seja cuidando das aporias do tempo, do problema da memória e do esquecimento (2007), ou pensando nas relações entre mesmidade e ipseidade (1991; 2008): o caráter hermenêutico da ação e da experiência humana. A dimensão hermenêutica é, assim, um traço distintivo da tríplice mimese, ao conduzir os processos prefigurativos, configurativos e refigurativos, ao colocar o homem e sua necessidade de interpretação no centro dos gestos narrativos.

Se em mimese I temos o mundo prefigurado, mimese II é o ato de tecer a intriga, entendendo, além disso, que a intriga é a mediadora por excelência entre o mundo que precede a narrativa e o que vem após a colocação em circulação da narrativa. Dar sentido ao mundo e permitir a emergência de novos sentidos a esse mesmo mundo é o papel cumprido por mimese II.

Colocando *mimese* II entre um estágio anterior e um estágio ulterior da *mimese*, não busco apenas localizá-la e enquadrá-la. Quero compreender melhor sua função de mediação entre o montante e a jusante da configuração. *Mimese* II só tem uma posição de intermediária porque tem uma função de mediação. Ora, essa função de mediação deriva do caráter dinâmico da *operação de configuração* que nos faz preferir o termo da tessitura da intriga ao de intriga e o de disposição ao de sistema. Todos os conceitos relativos a esse nível designam, com efeito, operações. Esse dinamismo consiste em que a intriga já exerce, no seu próprio campo textual, uma função de integração e, nesse sentido, de mediação, que lhe permite operar, fora desse próprio campo, uma mediação de maior amplitude entre a pré-compreensão e, se ouso dizer, a pós-compreensão da ordem da ação e de seus traços temporais (Ricoeur, 1994: 102-103, com destiques do autor).

Momento de síntese e de configuração do mundo prefigurado, *mimese* II faz a mediação com a leitura da narrativa, que define, em poucas palavras, *mimese* III. Mas não só. Ao estabelecer a mediação de *mimese* I e *mimese* III, *mimese* II estabelece o que Ricoeur denomina de “círculo hermenêutico”, não somente pela razão em si de que é *mimese* II que permite ao mundo prefigurado a reconfiguração, ato essencialmente interpretativo, como também pelo fato de que as narrativas são formas privilegiadas de tomada de conhecimento do mundo. Mais detalhadamente, Ricoeur assim nos apresenta *mimese* III:

Esse estágio corresponde ao que H. G. Gadamer, na sua hermenêutica filosófica, chama de “aplicação”. O próprio Aristóteles sugere este último sentido da *mimese praxeôs* em diversas passagens de sua *Poética*, embora se preocupe menos com o auditório na sua *Poética* que na sua *Retórica*, na qual a teoria da persuasão é inteiramente regulada pela capacidade de recepção do auditório. Mas, quando diz que a poesia “ensina” o universal, que a tragédia “representando a piedade e o terror, realiza uma depuração deste gênero de emoções”, ou ainda quando evoca o prazer que temos de ver os incidentes aterrorizantes ou lamentáveis concorrerem para a inversão da sorte que constitui a tragédia – significa que é bem no ouvinte ou no leitor que se conclui o percurso da *mimese*. Generalizando para além de Aristóteles, diria que *mimese* III marca a intersecção entre o mundo do texto e o mundo do ouvinte ou do leitor. A intersecção, pois, do mundo configurado pelo poema e do mundo no qual a ação efetiva exibe-se e exibe sua temporalidade específica (Ricoeur, 1994: 110, com destiques do autor).

*Mimese* III convoca, portanto, o leitor da narrativa a integrar-se na trama, mas como já aludido, não de forma passiva, e sim como quem exerce o papel de refiguração, tornando completo o círculo hermenêutico. Embora noutra filiação

teórica, mas em uma mesma perspectiva de preocupação, a estética da recepção (cf., dentre outros, Gumbrecht; Iser; e Jauss, 2002) tem sido importante para a compreensão das formas mais abrangentes da mimese III, ainda que não a nomeando como Ricoeur, que inclusive se vale de autores filiados à estética da recepção para melhor esclarecê-la.

### **JORNALISMO E NARRATIVA**

Se começamos essas reflexões afirmando o jornalismo como uma forma de narrativa, é necessário verificar algumas condições que tornam tal afirmativa possível, posto que as reflexões anteriores se inscrevem em teorizações sobre as narrativas de ficção e historiográficas, das quais se ocupa Paul Ricoeur. Para começar, as notícias nos dizem, como já aludido, dos acontecimentos cotidianos, atualizando-nos quanto àquilo que se desenvolve à nossa volta. De certo ponto de vista, portanto, a narrativa jornalística se inscreve, aparentemente, no presente como marca mais evidente de temporalidade, o que coloca o problema do tempo que rapidamente escoa. Mas a equação não é assim tão simples, como alerta Héctor Borrat, em estudo que toma as formas de informação jornalística a partir dos referenciais da narrativa, para chegar aos processos de mediação, especialmente políticos, exercidos pelo jornalismo.

*A atualidade não é puro momento fugaz. Dura. É presente histórico, de duração variável, contextualizável sincronicamente com o que está acontecendo em outros lugares, e diacronicamente com passados e futuros diferentes, de curta, média ou longa duração. Precisamente porque dura, a atualidade convoca o relato: precisa ser narrada para ser conhecida* (Borrat, 2006: 280, com destaque do autor).

Para contar a atualidade, o jornalismo lança mão de variadas estratégias narrativas, como o simples relato, entrevistas, reportagens, crônicas e outras possíveis, nunca escolhidas aleatoriamente, mas em função de objetivos estéticos e, por que não, a partir de uma intencionalidade de criar efeito, ao que sempre corresponderão formas de leitura potencialmente tão múltiplas quanto a própria quantidade de leitores, processo que pode ser explicado a partir da tríplice mimese. Essa operação de narrar o presente, de dizer factualmente o mundo, como bem aponta Borrat, não se esgota na mera referencialidade a um aqui e agora, mas é tributária de referências ao passado, ao mesmo tempo em que também projeta um futuro, no mínimo pela operação de leitura, processo que, inscrito na mimese III, está sempre no horizonte da produção textual. Nesse sentido, a dimensão relacional inscrita na tríplice mimese cria uma determinada expectativa de leitura, mas não é capaz de encerrar uma única

possibilidade de percepção do mundo a partir dos acontecimentos narrados segundo processos de organização textual que contam, dentre outras, com as estratégias de enquadramento, que para não irmos muito longe em sua caracterização, consistem na seleção de aspectos dos acontecimentos que atribuem a eles inteligibilidade (Tuchman, 1978; Silveirinha, 2005). A temporalidade, para além de marcas cronológicas ou psicológicas em uma narrativa jornalística, implica em complexas operações de captura dos problemas que qualquer perspectiva de lidar com as modalidades passadas, presentes e futuras do tempo impõe a quem se predispõe a contar sobre acontecimentos de quaisquer naturezas.

Além disso, as narrativas jornalísticas, sempre referenciais – pois reportam a algo exterior e cujo domínio especializado está também nas fontes de informação, e não somente nos narradores – necessitam de instrumentos que as tornem legítimas, motivo pelo qual são empreendidos esforços no sentido de dar a elas uma aparência de objetividade, ainda que este seja apenas um ideal. Desse modo, segundo Cristina Ponte,

Recorrendo a conceitos de narratologia, podemos considerar que na dimensão axiológica do jornalismo há um ideal de focalização externa – objectiva, sem interferência – em particular na separação entre relatos e comentários. Por outro lado, na dimensão instrumental da seleção dos factos, e sobretudo na sua construção como relato de reportagem, a focalização torna-se mais próxima da omnisciente, faz uso de um conhecimento superior ao fornecido, o narrador pode controlar os eventos reportados, os personagens que os interpretam, o tempo em que se movem, os cenários em que se situam (Ponte, 2005: 46).

Essa necessidade de legitimação das narrativas jornalísticas a partir dos ideais de objetividade coloca em outra dimensão o papel tradicionalmente ocupado pelos narradores em mimese II, exigindo-lhes rigorosa observação dos postulados éticos de mimese I, sob pena de colapsar a própria confiabilidade nas informações divulgadas pelo jornalismo, sem a qual o consumo das notícias pode não se tornar um hábito, ou a credibilidade das mídias que as colocam em circulação pode vir abaixo. Não fosse pela razão mais evidente, de levar em conta o ambiente cultural, moral e ético prefigurado, teria que ser pelo fato de que mimese III pressupõe leitores das narrativas que partilham do mesmo ambiente prefigurado, tornando-os aptos não somente à apreensão de eventuais desníveis entre o dito e o acontecido, como também na condição de reconfiguradores do mundo ofertado pelas narrativas. Claro, estamos considerando que cada acontecimento particular narrado jornalisticamente está aberto às interpretações e às disputas de sentido já na sua ocorrência, o que

nos afasta de qualquer leitura ingênuas que pudesse sugerir a perfeita sincronia entre acontecimento e reprodução fiel da sua ocorrência e desdobramentos pelas narrativas noticiosas.

Uma vez que contemporaneamente os sentidos dos acontecimentos dos mundos natural e social são disputados narrativamente, temos uma certa centralidade das mídias noticiosas nesse processo. É assim que, reconhecendo a importância do jornalismo para a compreensão da atualidade, afirma Mar de Fontcuberta, ao estudar as relações entre os processos de interação e de narração no jornalismo:

Em uma sociedade midiática quem narra, conta e em grande parte constrói as identidades culturais são os meios de comunicação. Não podemos falar de identidade sem falar do conceito de *alteridade*. Para Gustafsson a alteridade pode ser usada em dois sentidos: primeiro em seu sentido ontológico da existência de algo outro, diferente, ou não idêntico, em comparação ao que é o mesmo que si; segundo, no da imagem que tem um sujeito (geralmente coletivo) de outro. Essa construção das imagens do outro hoje se realiza em grande parte através dos meios de comunicação (Fontcuberta, 2005: 76, com destaque da autora).

A importância do jornalismo como mediador entre acontecimentos e leitores das narrativas noticiosas, como não poderia ser diferente, coloca uma série de questões éticas como pontos de reflexão quando pensamos nas notícias. A principal, posto que afirmamos a construção das notícias como narrativas, implicando, assim, os processos de tessitura da intriga, diz respeito aos limites entre narrar o acontecimento de maneira fidedigna, portanto desempenhar eticamente mimese II, e criar realidades sem nexo com mimese I, o que abalaria o processo de confiança necessário para a realização de mimese III. Das muitas discussões já propostas, a que insinua o jornalismo como narrativa ficcional talvez seja a mais recorrente, entendendo-se aqui a ficcionalização como artimanha de ocultamento do real, que pode aparecer, por exemplo, nas formas do jornalismo sensacionalista. A questão, no entanto, tem sido elucidada a partir de estudos que apontam a aproximação com as técnicas da narrativa ficcional como recurso estético que não fere necessariamente os aspectos éticos, podendo mesmo até favorecer-las, como afirma Cristina Ponte (2005), ao demonstrar o quanto a literatura realista de finais do século XIX foi importante para o vicejar do compromisso social com a investigação mais rigorosa por parte de jornalistas. Veja-se, também, estudos que tratam do *New Journalism* (Bulhões, 2007; Ponte, 2005, dentre outros). Parece haver boa concordância quanto ao fato de que lançar mão dos recursos narrativos, em todas as suas extensões, de que são provas as aproximações com os modos

de narrar literários, não implica romper com os princípios éticos da narrativa jornalística (Farré, 2002, dentre outros). Narrar utilizando-se dos recursos da ficção, segundo Marcela Farré, é diferente de lançar mão da fabulação.

Narração é atribuição de sentido; é uma dobradiça que funde uma linguagem com uma interpretação do mundo e ao fazê-lo, reúne os indivíduos e as ações (indivíduos e propriedades), dando um valor acrescentado à história: a compreensão. Desse modo, transcende o caráter explicativo dos argumentos lógicos. A explicação localiza algo na realidade mostrando suas conexões com outras coisas reais, mas não para dar resposta de porque são dessa maneira e como poderiam ser de outro modo. (...) Narrar, neste sentido, não significa pensar o discurso jornalístico como lugar de fabulação. Se trata de reconhecer, por um lado, a presença ética de um enunciador que organiza o relato e se mostra em suas escolhas, deixando aberta a possibilidade de o destinatário reconhecer sua presença focalizadora. Por outro lado, deve-se notar que nem todo relato noticioso apresenta as virtudes da narrativa; nesse sentido, esta se distingue aqui da crônica como de outros relatos que seguem o que Miguel Bastenier chama “gêneros secos” [o breve, por exemplo] (Farré, 2004: 138).

Seguindo as pistas de Marcela Farré, mas também retomando o início dessas reflexões, se narrar é dar sentido ao mundo, as narrativas jornalísticas, tal como propõe Adelmo Genro Filho, são capazes de nos fazer ver, a partir da singularidade, as conexões mais amplas com o particular e com o universal, processo que tem semelhanças com as propostas da tríplice mimese de Paul Ricoeur, resguardadas as diferenças de perspectivas teóricas e metodológicas entre os dois autores. Desse modo, não nos parece inadequado dizer que a tríplice mimese constitui, por excelência, o processo de mediação que o jornalismo, a partir das suas narrativas, potencialmente pode estabelecer com o conjunto social. Em mimese I, por exemplo, podemos encontrar as referências utilizadas nos enquadramentos jornalísticos (cf., a respeito dos enquadramentos, dentre outros, Tuchman, 1978; Gitlin, 2003; Hallin, 2005; Silveirinha, 2005). Tal como afirma Paul Ricoeur, a tríplice mimese constitui um círculo hermenêutico, que torna possível não somente compreender o mundo, como a própria dinâmica de construção da narrativa e as mediações que ela estabelece. Não nos parece infundado propor que o mesmo é aplicável às narrativas jornalísticas em seu haver com o mundo social. E especialmente, que os acontecimentos narrados pelo jornalismo trazem a marca de um mundo prefigurado, mediados pela configuração dos narradores jornalísticos, mas somente adquirindo sentido pleno, embora não necessariamente unívoco, a partir das múltiplas leituras de que são objeto.

## **SOBRE OUTRAS DIMENSÕES DAS NARRATIVAS**

Algumas dúvidas legitimamente podem surgir da proposição de que as formas de dizer o mundo e seus acontecimentos pelo jornalismo possam ser consideradas modalidades narrativas. Em função dessa primeira possibilidade de questionamento, outra dela derivaria, agora quanto à apropriação das proposições da tríplice mimese como caminho para elucidar as relações do jornalismo com os processos de narrar e suas implicações sobre o mundo social, particularmente àquelas referenciadas nas exigências éticas dos processos de noticiar. A primeira dúvida estaria mais diretamente relacionada ao propósito original de Paul Ricoeur ao elaborar conceitualmente a noção de narrativa, inscrito em um esforço filosófico de compreensão das relações entre tempo e tecer da intriga nos processos de construção das narrativas ficcionais e históricas. A segunda dúvida se desdobra, à medida que diz, primeiro, das possibilidades de considerar como narrativas as formas jornalísticas de contar os acontecimentos do mundo, e em seguida, da pertinência de tomar a tríplice mimese como potência explicativa para as dimensões éticas implicadas nos processos de dar a ver as notícias.

A primeira das questões requer que sigamos as próprias pistas deixadas por Paul Ricoeur na trilogia sobre as relações entre tempo e narrativa e em outras obras nas quais ele retoma os desafios do tecer da intriga. Embora à primeira vista o autor esteja limitando suas reflexões às narrativas ficcionais e históricas, é importante lembrar que em diversos momentos ele propõe as narrativas ficcionais como pontos de ancoragem, como possibilidades mesmo de o ser humano dizer de si, de seu mundo, a partir das fabulações, das construções de mundos que não aquele por nós habitado. Dito de outro modo, em Ricoeur encontramos a indicação de que os pressupostos éticos e morais encontrados nas narrativas ficcionais, especialmente a partir da construção das personagens e das suas relações com outras personagens e com as dinâmicas do mundo que elas habitam, constituem entradas privilegiadas para compreendermos nossas formas de problematizar essas mesmas dimensões em nossas *vidas reais* (Ricoeur, 1991; 1994; 1995; 1997).

No entanto, não é só isso. Na ampliação das possibilidades abertas pela tríplice mimese como explicação para os processos narrativos, Paul Ricoeur estende essa noção para além das formas de narrar ficcionais e históricas, tal como encontramos em suas reflexões sobre as relações entre a memória, a história e o esquecimento (2007), ao tratar do ato de construir como uma das características do processo arquitetônico:

Em “architecture et narrativité”, *Catalogue de La Mostra “Identità e Differenze”*, Triennale de Milan, 1994, eu havia tentado transpor para o plano arquitetural as categorias ligadas à tripla *mimesis* expostas em *Tempo e Narrativa* (...): prefiguração,

configuração, refiguração. Eu apontava no ato de habitar a prefiguração do ato arquitetural, na medida em que a necessidade de abrigo e de circulação desenha o espaço interior da moradia e os intervalos dados a percorrer. Por sua vez, o ato de construir se dá como o equivalente espacial da configuração narrativa por composição do enredo; da narrativa ao edifício, é a mesma intenção de coerência interna que anima a inteligência do narrador e do construtor. Enfim, o habitar, resultante do construir, era tido pelo equivalente da “refiguração” que, na ordem da narrativa, produz-se na leitura: o morador, como o leitor, acolhe o construir com suas expectativas e também suas resistências e suas contestações. Eu concluía o ensaio com um elogio da itinerância (Ricoeur, 2007: 159, com destiques do autor).

A itinerância, tomada especialmente em sua dimensão metafórica, também ela implicada na proposição de Ricoeur, é mais do que mera alusão às transformações possíveis dos modos arquitetônicos de ocupar diferentemente os espaços, sejam eles os das residências que habitamos, sejam os das cidades que abrigam casas, edifícios monumentos e outros mobiliários urbanos. A itinerância é indicativa das relações hermenêuticas que narrativamente estabelecemos com nossos mundos, fazendo com que eles adquiram sentidos, mas principalmente, sejam modificados à medida que novas articulações entre a tessitura da intriga e as temporalidades surgem. Narrar, como aponta o autor, é tornar humano o tempo, assim como a forma por excelência de guardá-lo, de preservá-lo, é um ato que não se limita às narrativas literárias ou históricas, assim como se espalha para dimensões das atividades humanas que podem alcançar a arquitetura, o cinema, as artes plásticas e uma série de outras ações dos homens, dentre elas, as modalidades de contar os acontecimentos acionadas pelo jornalismo.

A referência mais explícita sobre algo que se aproxima do conjunto das formas narrativas jornalísticas que encontramos em Ricoeur, nesse sentido, está no tomo III da sua trilogia sobre o tempo e a narrativa, em tópico no qual o autor discute o problema da memória, da contemporaneidade, do tempo privado do destino individual e do tempo público da história.

Todavia, existe entre memória e passado histórico um recobrimento parcial que contribui para a constituição de um tempo *anônimo*, a meio caminho entre o tempo privado e o tempo público. O exemplo canônico a esse respeito é o das narrativas recolhidas da boca dos *antepassados*: meu avô pode ter-me contado, na minha juventude, acontecimentos acerca de seres que não pude conhecer. Assim, torna-se porosa a fronteira que separa o passado histórico da memória individual (como vemos na história do passado recente – o gênero mais perigoso! – que mescla o testemunho dos sobreviventes aos rastros documentais de seus autores).

A memória do antepassado está em intersecção parcial com a memória de seus descendentes, e essa intersecção se realiza num presente comum, que pode ele próprio apresentar todos os graus, desde a intimidade do *nós* até o anonimato da *reportagem* (grifo nosso). É assim lançada uma ponte entre passado histórico, entendido como tempo dos mortos, e tempo de antes de meu nascimento. Se remontarmos essa cadeia de memórias, a história tende a uma relação em termos de nós, que se estende de maneira contínua desde os primeiros dias da humanidade até o presente (Ricoeur, 1997: 193-194, com destaques do autor, exceto quando indicado no corpo da citação).

Situar a reportagem, ainda que Ricoeur não explice o que entende por ela, se um gênero jornalístico ou o próprio esforço de noticiar, é colocar dentre as novas modalidades narrativas as práticas textuais do jornalismo, além de atribuir-lhe papel neste encontro entre passado e presente, tempo privado e tempo público da história. Mesmo que o jornalismo não *faça história*, como insinuam muitos de seus operadores, especialmente para destacar a centralidade das mídias noticiosas nas discussões e mudanças de rumo das sociedades contemporâneas, é impossível negar que as narrativas jornalísticas – mesmo enquadradas por interesses particularistas, por constrangimentos institucionais e do *ethos* profissional – constituem valiosos documentos sobre épocas e sociedades, ajudando no desvendamento das suas contradições e dos modos como jogos de poder e disputas de sentido se apresentavam para os atores sociais. No mínimo, essas narrativas são capazes de apontar as temáticas mais relevantes de cada momento histórico, fornecendo pistas para que investigadores busquem o para além implicado em cada acontecimento narrado pelo jornalismo. Narrativas jornalísticas são, nessa perspectiva, parte do que Paul Ricoeur denomina como o próprio esforço de *apanhar o tempo*, de humanizá-lo, uma vez que a sua total compreensão remete sempre a uma condição aporética última.

Para além da possibilidade de considerar a produção noticiosa como parte das produções narrativas humanas, sugerida pelo fragmento da citação à reportagem no próprio texto de Paul Ricoeur, os autores que citamos anteriormente são unâimes em falar das possibilidades de referência às produções jornalísticas como narrativas, ainda que com considerações acerca de determinadas formas textuais, como os relatos secos, que seriam destituídos das características mínimas de uma narrativa. Autores brasileiros, como Luiz Gonzaga Motta (2007), embora analisando a produção jornalística em termos distintos dos que aqui propomos, também reconhecem nas modalidades noticiosas – bem como em outras modalidades textuais midiáticas – formas narrativas, modos de articulação que contam o mundo. Desse modo é que temos pensado as

narrativas jornalísticas como possibilidade não somente de análises textuais – que podem implicar o reconhecimento dos gêneros textuais informativos como ponto de partida metodológico – mas como formas mesmo de colocar em cena as disputas de sentido e os jogos de poder implicados na definição do que são os acontecimentos apanhados pela trama noticiosa. Em outro momento, ao investigar a cobertura jornalística sobre a homofobia, identificamos que, no mínimo, as notícias – entendidas aqui como qualquer modalidade de contar o mundo e seus acontecimentos – são dotadas de potencialidades de narratividade (Carvalho, 2010). Assim, quando a análise recai, por exemplo, sobre a cobertura de um mesmo acontecimento, implicando um conjunto de textos diversos, como notas simples, entrevistas, reportagens, artigos, crônicas, cartas de leitores, editoriais e outras modalidades textuais é possível perceber o quanto a narratividade aparece. Se não ocorre pela via direta de um texto dotado isoladamente de todas as potencialidades narrativas, ao menos pela via da construção da intriga ao longo de um determinado marco temporal no qual, dentre outras possibilidades, personagens emergem, outras ganham destaque ou outras perdem relevo, à medida que um acontecimento, no caso da nossa pesquisa, sobre a homofobia, vai adquirindo novos contornos em função dos sentidos distintos que atores sociais diversos reivindicam para ele.

Se no mínimo a narratividade é uma potencialidade da produção textual jornalística, reivindicamos que análises sobre a produção noticiosa possam ter as narrativas como porta de entrada privilegiada. Nesse sentido, não se trata apenas de trabalhar metodologicamente as narrativas a partir das potencialidades que os gêneros narrativos podem nos oferecer. Inclusive, para não cair nas armadilhas tão comuns em tentativas de analisar a produção jornalística em função de gêneros narrativos vistos sob a perspectiva reducionista das características imanentes, imutáveis e não sujeitas às mútuas contaminações permitindo, rompidos os limites, por exemplo, entender como os aportes literários e ficcionais podem enriquecer a compreensão dos relatos factuais. É possível também estabelecer outras dimensões de possibilidades metodológicas para, a partir das narrativas, compreender mais amplamente a própria sociedade, tal como encontramos na proposição de Bruno Souza Leal (2006), de tomarmos as narrativas também em seu sentido metafórico de esclarecimento sobre o mundo.

Relativamente à tríplice mimese, para além de reforçar que não pretendemos que todas as produções jornalísticas estejam inscritas de antemão nos preceitos éticos requeridos pela atividade, gostaríamos de ressaltar um último aspecto. Diz respeito às potencialidades metodológicas implicadas na proposição de Paul Ricoeur e nas apropriações que aqui fizemos do círculo hermenêutico que a pré-configuração, a configuração e a refiguração oferecem. Trata-se de

vislumbrar que não somente a ética emerge como um problema central quando lidamos com as narrativas jornalísticas, mas que a tríplice mimese coloca em cena outros elementos da tessitura da intriga em suas relações com a temporalidade. Desse modo, análises sobre narrativas jornalísticas potencialmente podem trazer à baila questões como quem são os atores em cena na disputa de sentidos que definirão os contornos dos acontecimentos narrados; quais são as personagens mobilizadas pelo texto; o que dizem as fontes ouvidas para a produção dos relatos, mas também o que elas sugerem querer ocultar; quais são as relações de poder que emergem e/ou são obscurecidas pela trama noticiosa; como as narrativas lidam com o tempo, não somente em sua dimensão cronológica, mas também psicológica e outras possíveis; como a memória ou o esquecimento são acionados nessas narrativas; além de uma série de outras possibilidades analíticas.

A tríplice mimese torna-se, assim, mais do que uma forma de perceber como um mundo prefigurado é uma espécie de ponto de referência, de ancoragem e de partida para os processos de configuração, eles próprios abertos às reconfigurações que os atos de leitura mobilizarão. Ela transforma-se na potencialidade de lidar com as narrativas jornalísticas a partir, simultaneamente, de suas dimensões éticas e estéticas, nas quais o que emerge, ao fim, são traços das sociedades nas quais essas narrativas são produzidas e circulam. M

## REFERÊNCIAS

- BORRAT, Héctor & FONTCUBERTA, Mar de. *Periódicos: sistemas complejos, narradores en interacción*. Buenos Aires: La Crujía, 2006.
- \_\_\_\_\_. *El periódico, actor político*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1989.
- BULHÕES, Marcelo. *Jornalismo e literatura em convergência*. São Paulo: Ática, 2007.
- CARVALHO, Carlos Alberto de. *Atores em disputa de sentido: jornalismo e homofobia nas narrativas da Folha de S.Paulo e O Globo*. (Tese de doutorado). Belo Horizonte: Departamento de Comunicação Social da UFMG, 2010.
- COIMBRA, Oswaldo. *O texto da reportagem: um curso sobre sua estrutura*. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- FARRÉ, Marcela. *El noticiero como mundo posible: estrategias ficcionales en la información audiovisual*. Buenos Aires: La Crujía, 2004.
- GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê!, 1987.
- GITLIN, Todd. *The whole world is watching: Mass media in the making and unmaking of the new left*. Berkley, Los Angeles, London: University of California Press, 2003.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. A teoria do efeito de Wolfgang Iser. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Vol. 2.

- HALLIN, Daniel. C. *We keep America on the top of the world*: television journalism and the public sphere. London and New York: Routledge, 2005.
- ISER, Wolfgang. Problemas da teoria da literatura atual: o imaginário e os conceitos-chave da época. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. Vol. 2.
- \_\_\_\_\_. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. Vol. 2.
- JAUSS, Hans Robert. O texto poético na mudança do horizonte da leitura. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Vol. 2.
- LEAL, Bruno. Saber das narrativas: narrar. In: GUIMARÃES, César & FRANÇA, Vera (orgs.). *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: BENETTI, Marcia & LAGO Cláudia. *Metodologias de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis, Editora Vozes, 2007.
- PONTE, Cristina. *Para entender as notícias – linhas de análise do discurso*. Florianópolis: Insular, 2005.
- RICOEUR, Paul. *Outramente*: leitura do livro *Autrement qu'être ou au-delà de l'essence* de Emmanuel Lévinas. Petrópolis: Vozes, 2008.
- \_\_\_\_\_. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Tempo e narrativa. Tomo III*. Campinas: Papirus, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Tempo e narrativa. Tomo II*. Campinas: Papirus, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Tempo e narrativa – Tomo I*. Campinas: Papirus, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O si-mesmo como outro*. Campinas: Papirus, 1991.
- TUCHMAN, Gaye. *Making News: a Study in the Construction of Reality*. New York: Free Press, 1978.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 1994.

#### Endereço eletrônico

- SILVEIRINHA, Maria João. O lançamento da moeda europeia e seus enquadramentos na imprensa. In: *Anais. 28º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 2005. Rio de Janeiro: Intercom, 2005. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0199-1.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2007.

---

Artigo recebido em 15 de dezembro de 2011 e aceito em 27 de janeiro de 2012